

Impasse é político, diz Rosenberg

ESTADO DE SÃO PAULO

ISABEL DIAS DE AGUIAR

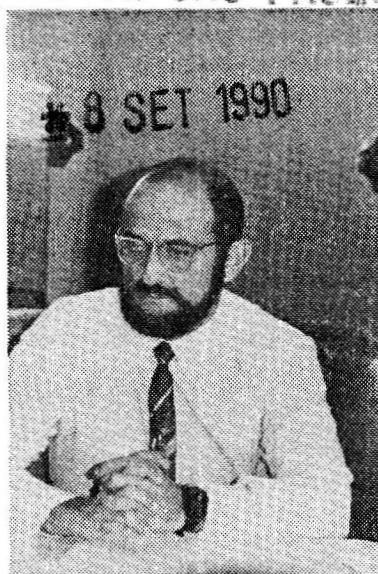
Não há um técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) que aponte defeito no Plano Collor, acredita o economista Luís Paulo Rosenberg. Por isso, argumenta, o impasse nas negociações para um novo acordo com o FMI está na recomendação para que o Brasil retome o pagamento do serviço da dívida externa aos credores internacionais, suspenso há mais de um ano. Essa questão levou o embaixador Jório Dauster e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, aos Estados Unidos esta semana, informou Rosenberg. Eles foram tentar convencer os representantes daquele órgão de que o atendimento dessa exigência retiraria do governo brasileiro todo o poder de barganha para negociar mais à frente condições favoráveis de pagamento das parcelas em atraso e taxas de juros mais modestas.

Luís Paulo Rosenberg integrou a equipe do ex-ministro do Planejamento Delfim Netto, de 1981 a 1983, quando o Brasil perdeu a capacidade de pagar as parcelas da dívida externa e, para não sofrer retaliações, foi obrigado a seguir um programa de estabilização ditado por técnicos do FMI. Foi um dos autores das sete cartas de intenção, junto com Affonso Celso Pastore, então presidente do Banco Central, e Ibrahim Eris, que foram redigidas sem nenhuma preocupação com o seu cumprimento, segundo confessa o economista. "Dançávamos um perfeito minueto", afirmou Rosenberg, ao lembrar que a situação era insolúvel e a saída era evitar a completa ruptura com a comunidade financeira internacional, para impedir que o País sofresse retaliações, cujos resultados poderiam ser piores que a recessão receitada pelos credores.

O economista não acredita que o novo acordo com o FMI ainda não tenha sido assinado por questões técnicas, como a imposição para que as autoridades da área econômica do governo fixem metas para a inflação nos próximos meses. "Os técnicos relutam em fechar um acordo antes que o País dê sinais claros de que irá reiniciar o pagamento da sua dívida externa". Para Rosenberg, os técnicos daquele órgão internacional não mudaram sua posição intransigente. Na sua opinião, o papel, assumido por eles há décadas, de defensores da saúde do sistema financeiro internacional não se modificou.

OPINIÕES DIVIDIDAS

As implicações da renegociação da dívida externa são grandes, segundo Rosenberg. Um acordo bem acertado com os credores privados e oficiais pode significar a passagem do Brasil para uma nova era. E representará a saída para a administração das contas públicas, afirmou. O tema, para ele, divide opiniões. Alguns setores da sociedade estão convencidos de que, sem um acordo com os bancos estrangeiros, o Brasil será submetido a retaliações e excluído da comunidade financeira internacional. Outros argumentam que as dimensões e a importância do Brasil o tornam imune a qualquer represália, especialmente agora que a opinião pública internacional está convencida de que os grandes bancos estrangeiros são muito exigentes e de que os países endividados não têm meios para cumprir os compromissos assumidos há duas décadas.



Arnaldo Finachi/AE

Rosenberg: "País corre risco"

"Seja quem for que esteja com a razão, o País corre um sério risco", disse Rosenberg, argumentando que, se o governo seguir a recomendação da ala mais pessimista e conservadora e retomar o pagamento do serviço da dívida externa brasileira, sofrerá um prejuízo de pelo menos US\$ 16 bilhões ao ano. Se, no caminho inverso, desistir de cumprir os compromissos, o prejuízo seria representado pela retaliação e pela crise cambial.

Rosenberg integrará a missão brasileira que irá participar, no final do mês, da Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial, a convite do governo brasileiro. Embora convidado oficial, o economista diz que irá a Washington por conta própria. Ele acha que participar do encontro e rever seus interlocutores de quase dez anos atrás será compensador.

EFEITO PERVERSO

O economista não está otimista com os efeitos que prevê para a atual política monetária conduzida por Ibrahim Eris. Para ele, os primeiros resultados, quanto ao controle da inflação, só serão colhidos dentro de cinco ou seis meses. Até lá, o custo social será alto, com crescimento da taxa de desemprego e queda do nível do salário real. Existe ainda um efeito negativo sobre o câmbio, cujo resultado será desastroso para as exportações. Diz que a melhor saída seria o pacto social, cujas chances de ser concluído, na sua opinião, são ainda remotas. Rosenberg acha que o governo Collor tem pelo menos um mérito — o de transmitir à sociedade a idéia de que não é possível vencer a inflação sem esforço coletivo.